

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR NO SÉCULO XXI

Luiz Fernando Granetto¹

Eixo temático: Fundamentos da educação

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de formação das escolas municipais em Cascavel - PR, analisando-o a partir de uma perspectiva histórica e social. Para tanto, foi abordada a influência de fatores nacionais e estaduais que moldaram o sistema educacional local, com destaque para a relação entre a escola e a dinâmica social da região. Partiu-se da premissa de que a escola reflete e responde às transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade, tal como exposto por estudiosos como Emer (1991), que aponta os vínculos entre a instituição escolar e o passado histórico da comunidade local.

A pesquisa adotou como metodologia uma análise documental de fontes históricas e educacionais, como leis, registros escolares e publicações acadêmicas, que permitem traçar uma linha do tempo do desenvolvimento educacional de Cascavel - PR. Foram utilizados também relatos de eventos importantes que influenciaram diretamente a expansão e consolidação das escolas no município, como a colonização planejada e o aumento populacional, além de marcos legislativos que impulsionaram a educação inclusiva e o ensino superior na região.

Assim, este estudo buscou fornecer uma visão abrangente sobre a evolução do sistema educacional em Cascavel, com foco nas interações entre os interesses sociais, políticos e econômicos que moldaram o cenário escolar. Ao abordar as especificidades do município, o trabalho contribui para uma maior compreensão da educação na região Oeste do Paraná, destacando a importância das instituições educacionais no desenvolvimento local.

Sendo assim, para compreendermos a formação das escolas municipais em Cascavel - PR, é preciso observar o processo de desenvolvimento histórico e social partindo do âmbito

¹ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

nacional e estadual, pois, segundo Emer (1991), a escola tem vínculos elementares com o passado histórico da sociedade local, com a cultura e com os modos de vida dessas pessoas. Para ele, o que impulsiona a escola é a dinâmica social, fazendo com que as pessoas estabeleçam práticas sociais coletivas.

Dois marcos importantes no Estado do Paraná que influenciaram os modos de instrução aos interesses políticos e econômicos na região Oeste foram a decadência do sistema econômico de obrages e o início da colonização planejada, que, a partir de então, foi explorada intensivamente. Esse período da colonização (1938-1958) esteve, portanto, diretamente associado ao aumento da ocupação e a conseqüentemente necessidade de se construir ambientes educacionais (Wachowicz, 1982).

A primeira instituição foi implantada no Oeste paranaense em 1938, chamada de Escola de Porto Britânia, onde atualmente situam-se os municípios de Marechal Cândido Rondon e de Toledo. Essa unidade escolar pretendia, além de resolver os problemas da demanda educacional, ser uma importante estratégia no âmbito político e econômico, sendo constituída por corpo discente e docente, grade curricular e instalações (Arnaut de Toledo; Andrade, 2012).

Em Cascavel - PR, por sua vez, o processo de escolarização ocorreu ao mesmo tempo das mudanças nos cenários nacional e estadual. A diversidade dos interesses políticos disputados por colonos, imigrantes, donos de terras e demais segmentos concebiam diferentes modos de instrução ao longo do processo de colonização (Silva, 2011). Na visão de Emer (1991),

Como a ocupação e colonização da região Oeste do Paraná ocorreram, exceto em alguns pontos esparsos da região, após 1930 e a colonização propriamente dita a partir do final da Segunda Guerra Mundial, consolidando-se nas décadas de 1950 e 1960, a escola da região Oeste do Paraná foi constituída no contexto amplo do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, da divisão do trabalho determinado pelo modelo econômico urbano-industrial capitalista, da modernização do Estado e de seus serviços e da definição das classes sociais nas relações de produção (Emer, 1991, p. 34).

Em 1932, criou-se a primeira escola na cidade de Cascavel - PR, em um local também usado como capela religiosa. Nesse mesmo ano, constitui-se o primeiro núcleo urbano,



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

marcando o início do processo educacional. No entanto, somente na década de 1970 o sistema educacional foi impulsionado devido pelo crescimento populacional, desencadeando o êxodo rural e as frentes migratórias (Silva, 2011). Pagnoncelli (2015) relata que,

Nas décadas de 1960 e 1970, movido pela agroindústria, ocorreu o fenômeno do desemprego dos trabalhadores rurais em grande escala, elevando os índices de pessoas nos centros urbanos, aumentando a necessidade por mais escolas neste perímetro. As escolas até então estavam localizadas na região central de Cascavel e as ocupações se deram em espaços distanciados do centro urbano, ou seja, na periferia. Esta situação desencadeou uma nova exigência, ocorria uma forma de mobilização dos responsáveis pela educação na região, frente a esta nova demanda que se apresentava (Pagnoncelli, 2015, p. 78).

Dentre as principais criações de instituições educacionais no Oeste do Paraná, impulsionadas pela necessidade de formação de trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980, houve a fundação da Fecivel, em Cascavel - PR, da Facimar, em Marechal Cândido Rondon - PR, da Facitol, em Toledo - PR, as quais compuseram a atual Unioeste. Em consonância com a demanda educacional, Cascavel - PR detinha uma posição geográfica favorecida, por isso, era vista com bons olhos pelos colonizadores, que queriam tornar a região um polo regional (Silva, 2017).

Nesse período, aumentava a demanda pela educação em todos os níveis, com destaque ao ensino superior. A principal justificativa para essa ocorrência era o interesse dos estudantes na continuidade dos estudos, porém, como as instituições se concentravam na zona urbana, o deslocamento e/ou o pagamento das mensalidades eram empecilhos. A criação da Fecivel, que perdurou por 14 anos, foi um marco importante do desenvolvimento de Cascavel - PR (Nogueira; Royer, 2021).

Com relação à educação inclusiva nessa época, na área pública, os alunos com deficiência mental eram atendidos em salas especiais, mas somente em algumas escolas estaduais. Tabora (2006) salienta que,

No município de Cascavel, a Secretaria Municipal de Educação a partir da década de 1970, verifica a urgência de estar oferecendo educação especializada a esses alunos mediante a implantação de classes especiais nas escolas da rede municipal. Nesse



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

sentido, em 1978 os profissionais da secretaria formulam um projeto para a implantação das classes especiais, analisando e expondo as condições favoráveis bem como as dificuldades para consolidação dessas classes (Taborda, 2006, p. 111).

O pesquisador indica que, em 1973, foi criada a APAE, com o intuito de atender às necessidades educacionais da pessoa com deficiência intelectual. Como essa instituição não contava com profissionais para todas as áreas, criou-se, em 1975 a ACAS. Em 1980, já havia a formação de professoras para o atendimento especializado às pessoas com deficiência mental, auditiva e visual, todas em nível médio, iniciando em 1986 turmas para as três áreas.

Adentrando-se no século XXI, a educação municipal, a partir da publicação da Lei Federal nº 11.274/2006, que ampliou o ensino fundamental para nove anos, a SEMED passou a elaborar um novo currículo não apenas para a Educação Infantil, mas também para a Educação de Jovens e Adultos, originando um amplo debate acerca da função dos pais, da escola e da sociedade, o que já estava sendo discutido anteriormente à publicação da Lei. Na cidade, havia o entendimento de que o sistema educacional deveria ser elaborado com vistas às particularidades municipais, tendo como base as legislações nacionais e estaduais (Pagnoncelli, 2015). Conforme observamos nas palavras introdutórias do Currículo de Cascavel,

Durante o ano de 2005, a equipe pedagógica da SEMED direcionou o trabalho com a Rede, promovendo encontros com os professores de todas as escolas/Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) do município. O objetivo foi de fomentar o debate acerca dos aspectos concernentes à realidade da educação municipal e seus anseios. [...] A partir desse debate, os professores pontuaram que o objetivo da escola pública é transmitir conteúdos científicos, formar um indivíduo atuante e com consciência crítica e que a escola deve ser pública, universal, laica e gratuita. Frente à indicação coletiva de um modo específico de compreender educação, homem e sociedade, e considerando que o método orienta para esta compreensão, optou-se pelo materialismo histórico-dialético. Outro motivo da escolha, é que este foi o método que orientou os fundamentos teóricos do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, elaborado em 1990. Compreendemos que, naquele momento histórico, intelectuais estavam iniciando estudos referentes ao método e que hoje, com este novo currículo, podemos superar alguns aspectos, uma vez que vinte anos de estudos e formação continuada nos permite fazê-lo (Cascavel, 2008, p.1-2, grifo do autor).

Em 2007, a AMOP elaborou um currículo próprio unificado para as escolas municipais de todos os municípios da região, sendo um marco importante na história da educação do Oeste



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

paranaense. De acordo com esse currículo, a necessidade desse documento adveio do processo de desenvolvimento histórico e social da região (AMOP, 2015).

Atualmente, em Cascavel - PR, a Lei Orgânica¹⁰ garante às pessoas com deficiência: o atendimento educacional especializado (arts. 97 e 99, VII); equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas (art. 108, V); incentivo às entidades particulares sem fins lucrativos, subvencionandoas com auxílio financeiro e amparo técnico (art. 125); acesso aos edifícios de uso público e transporte coletivo; sonorização dos sinais luminosos de trânsito (art. 129); gratuidade no transporte coletivo urbano (art. 131); e reserva de cargos e empregos públicos (art. 133, VIII) (Cascavel, 2003).

Ainda registramos os seguintes dispositivos legais: a Lei Municipal nº 7.391/2022, que dispõe sobre a Assessoria de Políticas Públicas e de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência; a Lei Municipal nº 6.308/2013, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e a Lei Municipal nº 6.496/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Cascavel - PR para a vigência de 2015 a 2025. Essas legislações municipais têm ênfase no cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2015; 2008).

No ensino superior, nos últimos vestibulares organizados pela Unioeste, constatamos o advento das cotas para pessoas com deficiência, algo presente também em programas de Pós-Graduação, como o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – (Unioeste, 2016; 2022). Nas aplicações das provas de vestibular no campus de Cascavel - PR, há bancas especiais e adequações das condições, das provas e das salas de aula de acordo com as necessidades específicas de candidatos, por exemplo, mesas e cadeiras para pessoas obesas.

Para cumprir as legislações pertinentes à inclusão de pessoas com deficiências nas atividades educacionais, a SEMED publicou a Portaria nº 035, de 6 de março de 2018, que estabelece critérios para solicitação e disponibilização do Professor de Apoio Pedagógico (PAP) nas escolas da Rede. Diante dessa normativa, o atendimento educacional especializado é realizado ao aluno que tenha comprovada a necessidade relacionada à sua condição de



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

funcionalidade para a escolarização, verificada por meio de avaliação pedagógica e não vinculada à sua deficiência (Cascavel, 2018).

Ademais, normas complementares foram elaboradas no tocante à Educação Especial, como a Deliberação nº 01/2018 do Conselho Municipal de Educação, que fixa as Normas Complementares para a Educação Especial e para a Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para alunos matriculados na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (anos iniciais) e na Educação de Jovens e Adultos – Fase 1, no Sistema Municipal de Ensino de Cascavel - PR (SME/Cvel). Os alunos assegurados com atendimento educacional especializado por essa deliberação são os que apresentam: deficiência (impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial), Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou Superdotação (CASCVEL, 2018).

Com base em dados oficiais do município, verificamos que, na atualidade, o número de alunos público da Educação Especial é de 877 nas escolas e 338 nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). O que nos chama a atenção é o montante de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, sendo a maioria dos casos da Rede (Cascavel, 2023).

Em 2021, o Conselho Municipal de Educação aprovou a Deliberação nº 01/2021, a qual estabelece Normas Complementares para regulamentação da Clínica Escola Juditha Paludo Zanuzzo – Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase 1, com AEE exclusivamente para alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA – (Cascavel, 2021).

Em consonância com a aplicabilidade da Educação Especial, o município conta com o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - PR, atualizado em 2020. O terceiro volume desse documento, intitulado Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel: volume III: fundamentos da educação especial, considera as políticas públicas da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, como observamos neste excerto:

Passados mais de 10 anos daquela elaboração e acompanhando as mudanças contextuais e das políticas vigentes, bem como da alteração do quadro de recursos



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

humanos atuante nas Escolas, Centros Municipais de Educação Infantil e na própria Secretaria Municipal de Educação, considerou-se necessária uma nova elaboração na qual enriquecesse, ampliasse e aprofundasse o documento existente, reconhecendo a essencialidade da educação escolar para a constituição dos sujeitos e a defesa contínua do bom ensino (conforme termo empregado por Vygotski) para todos, de modo que provoque a aprendizagem que movimenta o desenvolvimento. Ressalta-se que todos têm possibilidade de aprender o conteúdo escolar, desde que se atendem a algumas especificidades decorrentes das condições às quais estão sujeitos. Neste documento são contemplados os pressupostos teóricos a respeito das concepções de educação escolar, da aprendizagem e do desenvolvimento humano, além de aspectos relevantes das grandes áreas da Educação Especial: Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Deficiência Visual, Deficiência Auditiva, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação e considerações sobre a Surdocegueira e Deficiência Múltipla. Recuperam-se os aspectos teóricos, as políticas específicas e as estatísticas referentes à Educação Especial, bem como as intervenções educacionais (Cascavel, 2020, p.17).

O município também aprimorou o Plano Municipal da Primeira Infância, que até então convergia com o Plano Nacional Pela Primeira infância, apresentando estratégias e ações de curto, de médio e de longo prazo, em diversas áreas contemplando a inclusão escolar. Por isso, no mês de agosto de 2023, foram realizadas nos CMEIs e nas escolas da rede municipal de Cascavel - PR as companhas “Cria na Paz” e “PAiZ na Escola” (Cascavel, 2023).

Considerando isso, observamos que o desenvolvimento do sistema educacional em Cascavel - PR está profundamente enraizado no contexto histórico e social da região Oeste do Paraná. A evolução das escolas municipais foi diretamente influenciada pelos processos de colonização, urbanização e transformações econômicas que moldaram a sociedade local. Além disso, as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e o ensino superior tiveram um papel crucial na consolidação da infraestrutura educacional e na ampliação do acesso ao conhecimento. O estudo evidenciou que o fortalecimento das instituições educacionais, em consonância com as demandas da população, foi fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do município. Dessa forma, a análise histórica aqui apresentada reforça a importância da educação como um agente transformador, capaz de promover o progresso social e atender às necessidades de uma comunidade em constante evolução.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Palavras-chave: Educação municipal. Desenvolvimento histórico. Colonização. Inclusão escolar. Cascavel-PR.

REFERÊNCIAS

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Departamento de Educação.

Currículo básico para a escola municipal: educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais. Cascavel: ASSOESTE, 2015.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; ANDRADE, R. P. de. História da implantação da Escola de Porto Britânia no contexto da colonização do oeste paranaense (1938- 1958). **EccoS**, São Paulo, n. 29, p.199-217, set/dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira da Inclusão de Pessoas com Deficiência (Estatuto das Pessoas com Deficiência)..

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel.** Cascavel: SEMED, 2020. p.17.

CASCAVEL. Secretaria de Ação Social. **Conselho Municipal de Assistência Social Pessoa com Deficiência:** Reformulando conceitos e valores/ Ênio Rodrigues da Rosa, Maria Filomena Cardoso André, Nelson Cabral. Cascavel, PR: Governo Municipal, 2003.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola.** Rio de Janeiro, 1991. (Dissertação) Mestrado em Educação - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ. 339f.

NOGUEIRA, A. R.; ROYER, G. C. A universidade como um fator de desenvolvimento regional: uma reflexão acerca da Unioeste, campus de Cascavel. In: SILVA, J. C.; ORSO, P. J.; SZEUCZUK, A. (org.). **História da escola pública no Oeste do Paraná.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 78-90.

PAGNONCELLI, C. **A institucionalização da educação infantil no município de Cascavel:** uma abordagem histórica (1970-2013). (Dissertação) Programa de PósGraduação em Educação, Unioeste, campus de Cascavel, PR, 2015.

SILVA, J. C. A escola pública primária na região oeste do Paraná: levantamento de fontes e produção acadêmica. **EccoS–Revista Científica**, n. 26, p. 123-140, 2011.

TABORDA, B. W. **Aspectos Históricos da Educação Especial no Município de Cascavel:** dos primórdios à regionalização dos serviços especializados. Monografia (Especialização)



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

História da Educação Brasileira/HISTEDOPR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, PR, 2006.

UNIOESTE. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução 209, de 6 de outubro de 2016.** Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da Unioeste.

UNIOESTE. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 003, de 24 de março de 2022.** Assegura vagas para Pessoas com Deficiência nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, da Unioeste, a partir do ano letivo de 2022.

WACHOWICZ, C. R. **Obrageros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

